

NOVO TRIBUTO EM DISCUSSÃO

O que é o "imposto verde"?
O novo tributo reuniria 18 impostos hoje incidentes sobre combustíveis, resultando num diferencial de R\$ 5 bilhões, em termos de receita.

Como ele será cobrado?
Incidiria apenas sobre o preço da gasolina, aumentando em dois centavos por litro o que se paga hoje. Não incidiria sobre o óleo diesel para não provocar aumento de preços das mercadorias transportadas pelo país.

Como seriam distribuídos os recursos?
60% para a União, 20% para os Estados e 20% para os municípios.

Como seriam usados os recursos?
Na recuperação e manutenção das rodovias, dos portos e das hidrovias do país.



Romero Jucá pediu uma auditoria do Ministério da Saúde em Roraima

Jucá denuncia caos na saúde em Roraima

O senador Romero Jucá pediu ao ministro José Serra a realização de uma auditoria no sistema de saúde de Roraima. Segundo ele, o Ministério Público estadual já está investigando a administração do setor e o governo federal deve fazer o mesmo, pois faltam medicamentos e profissionais e os anestesistas entraram em greve há dez dias, prejudicando a população.

Planalto apóia criação de "imposto verde", diz Jáder

Líder do PMDB esteve com o presidente da República e confirmou o interesse do governo em aprovar a contribuição sobre combustível

O presidente Fernando Henrique Cardoso considera importante a criação do tributo sobre combustível, conhecido como "imposto verde", e espera vê-lo aprovado no Congresso. A informação é do líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho, que esteve com o presidente a fim de esclarecer a polêmica surgida no Legislativo sobre o assunto.

Jáder disse ter ouvido do presidente que esse tributo é um assunto esgotado. O senador acredita,

por isso, que a proposta poderá ser votada a partir do dia 22. Embora conhecido como "imposto verde", deverá ser uma contribuição, podendo, em consequência, ser cobrada ainda neste ano. Reunirá os 18 impostos hoje incidentes sobre combustível, não incluirá o diesel e representará um aumento de R\$ 0,02 no preço atual do litro de gasolina. Os recursos arrecadados servirão para manutenção e recuperação de estradas, portos e hidrovias.



MARANHÃO

João Alberto defende ajuste fiscal rigoroso

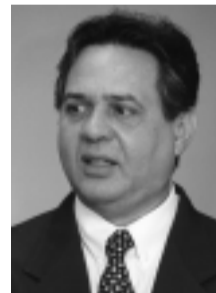


"Muito emocionado e cheio de idéias", o senador João Alberto (PMDB) chega à Casa disposta a defender um ajuste severo das contas públicas. "Devemos sacrificar uma geração para resolver os problemas do país", afirma ele, declarando-se mais preocupado com a dívida interna do que com a externa e considerando necessário adotar "uma economia de guerra".

João Alberto pretende propor o incentivo ao turismo, para combater o desemprego, e proibir os bancos de devolverem cheques sem fundos com valores inferiores a meio salário mínimo.

MATO GROSSO

Antero prega melhor divisão dos recursos



O senador Antero de Barros (PSDB) acredita que o problema das dívidas estaduais exige uma discussão cuidadosa para estabelecer critérios adequados de distribuição dos recursos públicos. Ele sugere que as lideranças e governadores do PSDB se reúnam e apresentem ao governo uma proposta em relação aos fundos de participação de estados e municípios, Fundo de Estabilização Fiscal, Lei Kandir e subsídios concedidos pelo governo federal.

"O Fundo de Participação dos Estados, por exemplo, é distribuído de forma injusta", afirma o senador, acrescentando que a simples renegociação das dívidas estaduais seria limitada, pois deixaria intocados os principais mecanismos de distribuição.

MATO GROSSO DO SUL

Juvêncio quer enxugamento nos estados



Contrário à renegociação geral das dívidas dos estados, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB) admite eventuais ajustes, mas sem abrir mão das responsabilidades de cada um. "Os estados precisam viver com recursos próprios, enxugando despesas e aumentando a arrecadação com medidas de incentivo às atividades produtivas", salienta.

Juvêncio da Fonseca acredita que o país está sendo prejudicado pela globalização, pois "é forte, mas não tem sabido usar sua força". Para ele, o Brasil "não pode se contentar em ser mero figurante nesse jogo".

A liberdade é azul abre trilogia no Cultura ao Meio-Dia

A produção francesa *A Liberdade é Azul* é a atração de quarta-feira do projeto *Cultura ao Meio-Dia*, iniciativa da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado. O filme de 1993 é o primeiro da trilogia sobre as cores da bandeira francesa, realizado por Krzysztof Kieslowski, cineasta polonês radicado na França. A ele se seguem *A Igualdade é Branca* e *A Fraternalidade é Vermelha*, programados para as próximas semanas. A película ganhou o Leão de Ouro em Veneza.

Juliette Binoche interpreta uma mulher que, após perder a família em um acidente, decide retomar a obra do marido: um concerto sinfônico comemorativo da unificação da Europa. Além da atuação de Juliette, o filme é elogiado também pela excelente fotografia em tons de azul, a direção segura de Kieslowski e a belíssima trilha sonora.

A programação do *Cultura ao Meio-Dia* é aberta ao público em geral, com entrada franca, e acontece sempre às 12 horas no Auditório Petrônio Portella.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - Spinning Bike
7h30 - *Especial Unip* - Linguagem Musical - 1ª parte
8h - *Saúde Todo Dia* - Musculação
8h30 - *Especial* - Apresentando "Madagascar"
9h - *Cores do Brasil* - Em destaque, Amazonas
9h30 - *Entrevista* - O senador João Alberto Souza fala sobre as suas propostas políticas
10h - *Cores do Brasil* - Diamantina
10h30 - *Saúde Todo Dia* - Spinning Bike
11h - *Especial Unip* - Pressão Arterial - 1ª parte
11h30 - *Espaço Cultural* - Apresentando "Os menestréis do rádio"
12h30 - *Entrevista* - Senador João Alberto Souza
13h - *Cores do Brasil* - Brasília
13h30 - *Cidadania* - O programa fala dos 40 anos da Revolução Cubana
14h30 - *Palestra* - Qualidade de Vida

15h30 - *Espaço Cultural* - "Os menestréis do rádio"
16h30 - *Especial Unip* - Assunto: Linguagem Musical - 1ª parte
17h - *Especial* - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista o senador Ronaldo Cunha Lima
18h - *Cores do Brasil* - Espírito Santo
18h30 - *Entrevista* - Senador João Alberto Souza
19h - *Palestra* - Qualidade de Vida
20h - *Cores do Brasil* - Diamantina
20h30 - *Entrevista* - Senador João Alberto Souza
21h - *Cores do Brasil* - João Pessoa
21h15 - *Cidadania* - 40 anos da Revolução Cubana.
22h - *Cores do Brasil* - Olinda.
22h30 - *Especial Unip* - Assunto: Pressão Arterial - 1ª parte.
23h - *Especial* - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista o senador Ronaldo Cunha Lima.

Obs: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

Cidadania destaca o quadragésimo aniversário da Revolução Cubana

Entrevistado pelo programa, o embaixador Ramón Parodi afirma que o movimento garantiu três gerações de vida digna à população

Ronaldo Cunha Lima fala sobre poesia e política na TV

"Não existe conflito entre a política e a poesia, mas uma simbiose, uma troca entre as duas atividades. O poeta procura o político, quando precisa ser mais racional, e o político recorre ao poeta, quando sente a necessidade de ser mais emocional." A reflexão partiu do senador e poeta Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), em entrevista ao jornalista Fernando Cesar Mesquita. O programa, que será reapresentado hoje pela TV Senado - às 17h e às 23h - privilegia a produção cultural do senador e abre espaço para que ele declame alguns de seus versos e opine sobre temas como criação poética, invasão de estrangeirismos na Língua Portuguesa e cultura popular.

Autor de várias obras de poesia, como *50 Canções de Amor*, *Versos Gramaticais* e *Livro dos Tercetos*, Ronaldo Cunha Lima classifica seus poemas como românticos. Ele revela um



Programa da TV Senado mostra produção cultural de Ronaldo Cunha Lima

gosto especial pela composição de sonetos, mas garante não ter preferência por uma ou outra poesia. Afinal, explica, "poemas são como filhos. Não podemos ter preferência. É como ter de escolher entre as cores do arco-íris".

O ponto alto do programa é a declamação da poesia *Habeas, Pinho*, acompanhada pelo violonista Carlinhos, e pela flautista Dolores. O senador explica o contexto em que criou o poema: em Campina Grande (PB), um tocador foi atestado em flagrante por perturbar o sossego público e teve seu violão apreendido pela Justiça. Para conseguir a liberação do instrumento, o boêmio contratou Cunha Lima, que havia se formado recentemente em Direito. Sabendo que o advogado era também poeta, o juiz disse que só deferiria a petição se ela fosse feita em forma de verso, o que motivou a criação de um dos poemas mais conhecidos do senador.

A Revolução Cubana é descrita pelo embaixador do país, Ramón Sanchez Parodi, como um fato histórico consolidado, que proporcionou três gerações de vida digna para o povo. No quadragésimo aniversário da chegada dos rebeldes a Havana, Parodi é o entrevistado de hoje do programa *Cidadania*, da TV Senado.

Também participa do programa a cientista política Vânia Bambilra. Para ela, apesar da desintegração do Leste Europeu, "Cuba continua como uma realidade, mostrando que o socialismo veio para ficar".

Mesmo mantendo o socialismo, avalia o embaixador, Cuba não se comporta como um avestruz que coloca a cabeça dentro da areia, não se importando com o que se passa à sua volta. Ele lembra que Cuba tem se ajustado a algumas realidades do mundo atual. Segundo Ramón, a partir de 1990 o país mudou sua relação com os países soviéticos, deixando de ter colaboração científica como anteriormente. Com isso, Cuba começou, lentamente, a aderir à economia de mercado. Mesmo assim, a flexibilização do bloqueio ainda não surtiu nenhum efeito em Cuba, disse o embaixador.

De acordo com Vânia Bambilra, a América Latina retomou totalmente suas relações com Cuba, já que o país não representa mais uma ameaça aos Estados Unidos. Sobre as relações Brasil-Cuba, Ramón Sanchez comentou os recentes contratos feitos entre a Petrobras e empresas cubanas. Lembrou, também, as vacinas contra a meningite compradas pelo Brasil que, em contrapartida, vendeu alimentos a Cuba.

Bambilra destacou como característica do povo cubano a solidariedade, atitude não correspondida pelos outros povos, segundo Parodi. Ele queixou-se da discriminação contra os cubanos e afirmou que os juros e fretes cobrados na venda de produtos a Cuba são mais altos que os cobrados de outros países.

Vânia acrescentou, ainda, que embora poucos tenham conhecimento, Cuba tem eleições regulares para a escolha de deputados e reeleição do presidente Fidel Castro. Apesar de o voto não ser obrigatório, 99% da população comparecem às urnas, destacou Vânia.

O programa *Cidadania*, dirigido pelo repórter Beto Almeida, vai ao ar nesta segunda-feira, às 5h, 13h30 e 21h15.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

Satélite - B1
Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
Polarização: Vertical
Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
Antena - 3,6 m LNB
Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
Symbol 3,2143MS-S
SEC 3/4
Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

NET BsB - canal 7
SKYNET - canal 30
DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:
Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
Receptor ABR 200, ComStream
LBN DRO ComStream
60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:
Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
Satélite: Brasilsat B2
Polarização: Vertical (RX)
Modo: Joint-Stereo
Taxa: 128 Kbps-BPSK
Programação ABR:
CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

João Alberto propõe reforma administrativa nos estados

O senador João Alberto (PMDB-MA) vai unir esforços ao governo federal para ajudar a resolver os problemas do Brasil. Foi o que ele declarou em entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje, às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30.

Segundo o novo representante do Maranhão, é necessário fazer uma "economia de guerra" para que o país conquiste o equilíbrio fiscal. Na sua opinião, o maior problema do Brasil é a dívida externa.

João Alberto disse, também, que as dificuldades enfrentadas pelo governo foram provocadas pelos estados, os quais devem seguir o exemplo do Maranhão e fazer uma revolução administrativa. O senador infor-

mou que o governo maranhense tem realizado um treinamento com os jovens que, por três meses, ganham um salário mínimo do estado para trabalhar em empresas. Depois disso, a mão-de-obra é absorvida pelo mercado, garantiu o parlamentar.

Na entrevista, João Alberto revelou, ainda, o teor de proposta que pretende apresentar no Senado. Trata-se de um projeto que vai obrigar os bancos a garantir o pagamento de cheques de até 65 reais. Hoje, segundo o senador, cerca de 30 por cento dos cheques até esse valor são devolvidos. João Alberto disse, também, não acreditar na possibilidade de os bancos repassarem esses custos para os correntistas.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo 1 do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Jáder garante que FHC apóia "imposto verde"

Presidente da República informou ao líder do PMDB que proposta é "assunto esgotado" e que sua votação antecipará um dos itens da reforma tributária, que o governo pretende ver aprovada neste ano

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ao líder do PMDB, Jáder Barbalho (PA), que considera importante a aprovação do tributo sobre combustível, conhecido como "imposto verde", e que deseja vê-lo aprovado no Congresso. A informação é do líder, que esteve às 19h de quinta-feira com o presidente.

O senador informou ter contado ao presidente que a aprovação desse tributo estava gerando polêmica no Legislativo, visto que políticos da bancada de apoio ao governo estariam se manifestando contrariamente à iniciativa. Também disse ao presidente ter dado uma entrevista coletiva esclarecendo que essa matéria já está aprovada no Orçamento da União.

O presidente lhe assegurou, então, que esse tributo é um assunto esgotado e que sua votação antecipará um dos itens da reforma tributária, que o governo pretende ver aprovada este ano. Segundo Jáder Barbalho, como esse tributo integra a pauta do Congresso Nacional, a matéria deverá ser votada a par-



Jáder Barbalho explica que novo tributo vai reunir os 18 impostos atualmente incidentes sobre combustível

tir do próximo dia 22, como assunto prioritário.

Reconhecendo que o tributo só poderá vigorar este ano se for aprovado como contribuição, visto que, na forma de imposto, só poderá vigorar no ano fiscal seguinte, o senador disse que mais relevante é o fato de que ele já está aprovado no Orçamento da União para 1999. E também já aguarda votação na Câmara, como proposta de emenda constitucional.

Jáder Barbalho explicou que a idéia de aprovação desse tributo implica reunir os 18 impostos hoje incidentes sobre combustível num

só, o que resultará em uma diferença de R\$ 5 bilhões, em termos de receita. Esses recursos se distribuiriam da seguinte forma: R\$ 3 bilhões para a União, R\$ 1 bilhão para os estados e R\$ 1 bilhão para os municípios.

MANUTENÇÃO

Para o líder, o mais importante é que esses recursos servirão para a manutenção do patrimônio rodoviário do país, assim como para recuperar portos e hidrovias. Ele também considerou espantoso que outros partidos não considerem importante a aprovação de uma matéria que já está no Orçamento da União. "O estranho nessa 'batalha de Itararé' é que nós não estávamos brincando de aprovar o Orçamento, nós aprovamos o Orçamento", comentou.

Segundo o parlamentar, esse novo tributo incidiria apenas sobre o preço da gasolina, aumentando em R\$ 0,02 (dois centavos) por litro o que se paga hoje. Ele não incidiria sobre o óleo diesel, para não acarretar aumento de preços das mercadorias transportadas pelo país. Ao ser indagado por um repórter se o PSDB agora apoiará a matéria, o líder respondeu: "O PSDB é o partido do presidente e não acredito que votará em desacordo com ele."

Edison Lobão cobra estímulo às usinas de açúcar e álcool

"O governo acenou com algum alívio para o setor sucroalcooleiro, mas nada fez de concreto", disse em entrevista o senador Edison Lobão (PFL-MA), reafirmando sua defesa enfática das usinas de açúcar e álcool, por representarem, a seu ver, verdadeiras fábricas de empregos.

Para Lobão, nenhum outro setor gera tantos postos de trabalho. "Quando o programa do álcool combustível estava em vigor, as usinas empregavam 5 milhões de brasileiros. E melhor, dando-lhes condições de permanecerem no campo, ao invés de virarem mendigos e desassistidos nas periferias urbanas", observou.

O senador pelo Maranhão enfatizou que as cidades brasileiras não têm como absorver dois terços da população do país, como acontece hoje em dia. "Precisamos criar empregos no campo e desenvolver malha de postos de saúde e escolas para dar condições dignas de vida a



Lobão afirma que, quando o programa do álcool estava em vigor, usinas empregavam 5 milhões de pessoas

essas pessoas. O programa de reforma agrária é uma boa solução e está sendo posto em prática, mas o governo precisa fazer mais. Uma das saídas é socorrer as usinas de álcool que estão em dificuldades por não terem mercado para o produto."

Além disso, a cana-de-açúcar ainda é excelente fonte de energia elétrica, explicou Lobão. "O bagaço da cana é um potente gerador de energia que pode iluminar cidades de pequeno porte pelo país afora. Se esse uso não for conveniente, o bagaço pode ser usado, ainda, como matéria-prima das indústrias de papel e celulose, que hoje o país importa."

Edison Lobão argumenta que o Brasil está precisando de soluções criativas para estimular a produção e gerar empregos. "Não devemos esperar que todas as idéias venham do Executivo. Nós, do Legislativo, também somos governo. Podemos e devemos propor soluções. A alternativa do álcool combustível possui até a vantagem de evitar a poluição e tem sido negligenciada pelo governo. Vou trabalhar para ressuscitar a opção dos veículos a álcool", disse.



Jucá reclama da falta de medicamentos e profissionais

Jucá diz que caos na saúde em Roraima deixa povo sem assistência

Falta de medicamentos, insuficiência de profissionais e anestesiologistas em greve há dez dias formam, segundo o senador Romero Jucá (PSDB-RR), o quadro caótico do sistema público de saúde em Roraima. Como consequência, alerta o senador, a população ficou sem assistência.

Preocupado com o problema, Jucá enviou ao ministro da Saúde, José Serra, solicitação para que seja realizada auditoria no sistema de saúde do estado. Segundo ele, o Ministério Público

estadual já está investigando a administração da saúde. Romero Jucá espera que o governo federal faça o mesmo.

De acordo com o senador, uma das causas do problema foi o fracasso do projeto de terceirização dos serviços de saúde em Roraima.

— A privatização quebrou o sistema e a situação hoje é de total falta de condições operacionais. Os salários dos médicos foram reduzidos e estão atrasados desde dezembro — denunciou.

Novos senadores conhecem sistema de comunicação

Os senadores eleitos em 4 de outubro e os recém-empossados em virtude do afastamento dos titulares estão tendo a oportunidade de conhecer o sistema de comunicação do Senado. O diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, e os diretores dos órgãos que compõem o sistema vêm promovendo desde a última quinta-feira visitas aos gabinetes dos novos senadores.

O objetivo é apresentar os serviços oferecidos pela Secretaria de Comunicação Social, e como os senadores podem utilizá-los. Os senadores têm a oportunidade de conhecer detalhes da cobertura jornalística feita pela Agência de Notícias do Senado, Rádio e pela TV Senado e *Jornal do Senado*, baseada principalmente nas atividades

em plenário e nas comissões. O trabalho das Subsecretarias de Relações Públicas e de Projetos Especiais também está sendo apresentado aos novos senadores.

Já participaram do programa de visitas as senadoras Maria do Carmo (PFL-SE) e Luzia Toledo (PSDB-ES), e os senadores Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e Alberto Silva (PMDB-PI). Na manhã de hoje será feita visita ao gabinete da senadora Heloísa Helena (PT-AL).

Em março, a Secretaria de Comunicação Social realizará um seminário com os assessores de imprensa dos senadores com o objetivo de aprofundar as informações prestadas agora. Também será promovido uma seminário de relações públicas.

MARANHÃO

João Alberto defende ajuste severo das contas públicas

O senador João Alberto (PMDB-MA) disse que chega ao Senado Federal "muito emocionado e cheio de idéias". O senador acredita que, para solucionar a situação econômica do país, será necessário um ajuste fiscal severo e absoluta austeridade nas despesas públicas.

"Devemos sacrificar uma geração para resolver os problemas do país", acredita. A dívida interna preocupa mais o senador do que a externa. "É preciso compatibilizar receita e despesa, temos que tirar os recursos de nós mesmos", afirmou. O senador acredita que será preciso adotar uma "economia de guerra" e que os dirigentes precisem inspirar muita confiança.

Entre as principais propostas de João Alberto para o Maranhão, está o incentivo ao turismo, como forma de combater o desemprego. "O turismo interno e externo pode ser a solução para o desemprego no estado", diz. Outra preocupação do senador é com a infra-estrutura dos municípios, principalmente no que se refere ao saneamento básico.

João Alberto traz, entre seus principais projetos, três iniciativas. O senador apresentará projeto que proíbe os bancos de devolverem cheques sem fundos com valores



João Alberto propõe "economia de guerra" para fazer frente ao desequilíbrio das finanças públicas

abaixo de meio salário mínimo. "Os bancos dão talões de cheques sem verificar se os clientes têm condições de tê-los e depois não se responsabilizam por isso", justifica ele.

Outro projeto do senador é proibir o que chama de bitributação dos terrenos próximos ao mar. "Esses terrenos são aforados e os donos pagam imposto à Marinha, além disso, pagam IPTU. Ou se cobra um ou se cobra outro", acredita. Um terceiro projeto que João Alberto pretende apresentar refe-



re-se à duplicatas e notas promissórias. Ambas seriam pagas em bancos, como se fossem cheques. A diferença é que, caso não houvesse fundos na conta de quem emite o documento, o rito processual seria diferente.

O novo senador do Maranhão é economista e nasceu na cidade de Bacabal, no Maranhão. Casado e pai de três filhos, o senador foi secretário de estado de três governadores – José Sarney, Ribamar Fiquene e Roseana Sarney. João Alberto foi vice-governador do estado, deputado federal, deputado estadual, presidente do PMDB do Maranhão e prefeito de Bacabal em 88, além de ter ocupado outros cargos públicos.



Antero é favorável a uma nova distribuição dos recursos entre a União, os estados e municípios

MATO GROSSO

Antero quer mudança na divisão do bolo tributário

A questão das dívidas estaduais exige uma discussão aprofundada no sentido de estabelecer critérios adequados para a distribuição dos recursos públicos a estados e municípios, na opinião do senador Antero de Barros (PSDB-MT).

Ele considera que as lideranças e os governadores do PSDB deveriam se reunir para elaborar proposta ao governo em relação aos fundos de participação de estados e municípios, ao Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), à Lei Kandir e aos subsídios concedidos pelo governo federal.

– O Fundo de Participação dos Estados, por exemplo, é distribuído de forma injusta, por ser descrimonioso – afirmou.

A mesma falta de critérios, segundo o senador, pode ser verificada na concessão de subsídios. Se o objetivo é recolocar o país no caminho do desenvolvimento, os atuais subsídios concedidos pelo governo federal devem ser submetidos à seletividade e coerência necessárias à potencia-

lização dos diferentes setores econômicos capazes de recompor a economia do Brasil. Sem essa revisão, com o necessário enxugamento de privilégios adquiridos, os subsídios são esvaziados do sentido para o qual foram criados, disse.

A perda de recursos imposta a estados e municípios pela Lei Kandir também precisa ser rediscutida, na opinião de Antero de Barros. Para ele, o PSDB e os governadores do partido têm condições de elaborar uma proposta ao governo e ao país direcionada para a retomada do desenvolvimento baseada na reorientação dos instrumentos de participação dos recursos públicos entre União, estados e municípios.

A simples renegociação das dívidas estaduais, nesse sentido, seria limitada, por deixar intocados os principais instrumentos de distribuição dos recursos arrecadados pelos poderes públicos. É sobre eles que deve se concentrar a atenção das lideranças partidárias, defendeu.

MATO GROSSO DO SUL

Para Juvêncio, estados têm que viver com seus próprios recursos

O novo senador pelo Mato Grosso do Sul, Juvêncio da Fonseca (PMDB), manifestou-se contrário à completa renegociação das dívidas dos estados.

"Cada estado precisa viver com recursos próprios, enxugando despesas e aumentando a arrecadação com medidas de incentivo às atividades produtivas, em especial às micro e pequenas empresas que geram muitos empregos. Esperar que tudo caia do céu é impossível", afirmou.

Para Juvêncio, isto não quer dizer que as dívidas dos estados com a União não possam sofrer ajustes, diante da crise econômica gravíssima que o país atravessa. "Nos-

so governador, o Zeca do PT, defende essa necessidade, mas em nenhum momento ele se colocou ao lado da 'política de moratória' do governador de Minas, Itamar Franco, por entender que traz gigantescos danos à credibilidade internacional do Brasil."

O senador acredita que a globalização está prejudicando o país. "O Brasil é forte, mas não estamos sabendo usar sua força. Não podemos nos contentar em ser mero figurante nesse jogo, como 'dama de honra' do casamento. Estamos vivendo uma fase em que o mercado de capitais, os monopólios e cartéis multinacionais dominam tudo. Nós, do

Terceiro Mundo, somos vítimas porque não temos o conhecimento científico e a tecnologia indispensáveis para usufruirmos da riqueza mundial, nesse contexto da globalização."

Segundo Juvêncio, nações do Primeiro Mundo como o Japão e o Canadá também estão preocupadas com a situação. "Somente os Estados Unidos estão contentes porque comandam a globalização. Precisamos trabalhar para repartir esse poder absoluto e o rumo passa pela reformulação do capitalismo. Novas idéias para obrigar a globalização a incluir os desassistidos, procurando meios de garantir bem-estar para



Na opinião de Juvêncio da Fonseca, o Brasil é prejudicado pela globalização

todos", afirmou.

Em relação a Mato Grosso do Sul, Juvêncio disse que o estado está diante de uma "virada de página", com a perspectiva da energia abundante e barata que virá com o gasoduto

que parte da Bolívia e corta o estado chegando até São Paulo. "Precisamos fazer do potencial uma realidade, dinamizando o setor das agroindústrias para aproveitar nossa grande produção de carne e grãos. Mato Grosso do Sul tem tudo para se transformar em pólo econômico, turístico e cultural do Mercosul, em função de sua posição geográfica estratégica."

No Senado, Juvêncio Fonseca pretende, ainda, defender a ampliação do Programa Nacional da Reforma Agrária, "dentro da lei e da ordem", para garantir futuro e dignidade aos trabalhadores rurais sem-terra, respeitando a classe rural que produz alimentos e riquezas. "Também quero lutar pelo fortalecimento administrativo e financeiro dos municípios, através da descentralização de recursos, aumento dos investimentos e das ações em parceria com as prefeituras", finalizou.